

INFORME

Ponto
de
Vista

Uma Publicação do Departamento de Economia - UFPI

Mais um número do Informe Econômico! Cada publicação tem o gosto de mais uma batalha vencida nesta guerra onde entre mortos e feridos, salvaram-se todos! Esta edição, traz um artigo escrito a duas mãos pelos professores Lincoln e Samuel - A Atualidade de Celso Furtado. Os professores passeiam pela obra do velho mestre, que hoje forma em seu todo um clássico da economia brasileira e mostram que o autor "já apontava em décadas passadas a dimensão estrutural dos obstáculos, nossa herança histórica e a urgência de uma resolução efetiva".

O artigo Considerações sobre o Desemprego no Brasil é uma síntese da palestra proferida pelo prof. William Bandeira num debate organizado pelo Centro Acadêmico e realizado em 11/08/98. Um grande sucesso em termos de público, organização e nível. Houve uma forte demanda pelos textos preparados para aquela ocasião, que agora em parte é sanada. A professora Jaíra Gomes apresenta, por sua vez, um excerto de sua tese de doutorado onde trata do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) piauiense, assunto relevante e atual. O professor Tiago, doutorando em Ciências Empresariais traz um "paper" sobre Marketing.

O aluno Domingos Júnior discorre sobre os problemas do nosso curso e as atividades do CAECO. Por sua vez o ex-aluno Moacir Ferraz analisa os problemas enfrentados pelos empresários piauienses ao tentar colocar seus produtos no nosso mercado. Triste Pampa no Enfoque, Notícias e Índices.

Esperamos que cardápio tão variado seja bem recebido por todos. Enquanto isso já pensamos no próximo número. O tempo não pára... participem!



**Considerações sobre
desemprego no
Brasil.....pág.6**

**A atualidade de Celso
Furtado.....pág.8**

**Os índices de
desenvolvimento para o
Estado do Piauí.....pág.4**

**Auto-estima, preconceito e
resistência.....pág.3**

Confira indicadores pág. 12

**E
C
O
N
Ô
M
I
C
O**

A formação do economista e o mercado de trabalho

DOMINGOS JUNIOR*

Segundo Keynes, o economista deve ter formação com rico embasamento histórico e humanista, além de base matemática sólida. Poucas profissões exigem cateceletismo intelectual, fazendo das Ciências Econômicas um curso complexo.

É fundamental que o curso de Ciências Econômicas faça a ponte entre o abstrato e o concreto, utilizando a Economia Aplicada, raciocinando com modelos. A ligação com a realidade deve ser feita durante todo o curso. É aconselhável, por exemplo, apresentar o balanço de pagamentos do Brasil logo após discutir a elaboração das contas nacionais; após apresentar a Teoria Quantitativa da Moeda, discutir o Orçamento da União e sua execução ao longo do ano, por meio dos relatórios do Banco Central; apresentar as pesquisas de emprego do DIEESE e IBGE. Em suma: dar o modelo, a teoria e mostrar sua aplicação, pois o generalista deve ter o instrumental e verificar a sua manifestação na realidade.

É indispensável para o estudante de Economia o conhecimento dos principais indicadores econômicos e sociais - inflação, renda, emprego, qualidade de vida, produtividade. Ele deve ter a visão crítica do país em relação ao mundo, no Mercosul e aos países desenvolvidos e em desenvolvimento. Deve conhecer o paradigma dominante no país e no mundo - o Neoliberalismo. Deve entendê-lo para estar apto a criticá-lo ou apoiá-lo. É fundamental o domínio do instrumental matemático, hoje coberto adequadamente somente nas escolas que privilegiam a visão neoclássica. A matemática é uma linguagem internacional, não só da Economia, mas de todo o conhecimento humano.

Pedro Fonseca, da UFRGS, assinou em palestra que é inadmissível que para o economista o custo seja só marginal, ignorando a estrutura de custos que determina o preço de uma mercadoria. Embora o nosso curso deva ser generalista, tem de estar preocupado com as especificidades locais. A PUC-SP, por exemplo, tem muito clara a sua linha: é uma escola com ênfase na Economia Política e na Macroeconomia Keynesiana. Já no Instituto Toledo, de Presidente Prudente, acompanha a especialidade da economia local: o agrobusiness, apresentado excelentes resultados. O CORECON-RS está fazendo experiência na especialização em Mercosul. Da mesma forma, os Estados com grande potencial de turismo, como os do Nordeste, devem também adequar seus currículos para esta especificidade, a fim de estudar o setor terciário dentro do seu enfoque local.

A discussão centra-se na atualização do currículo introduzido pela célebre Resolução 11/84 do extinto CFE. Este currículo teve o mérito de uniformizar a base mínima da formação profissional. Não obstante, sofre de séria anomalia congênita ao não estabelecer a proporção adequada entre o doutrinário e o operacional. O bacharel torna-se, muitas vezes, com heterosas exceções, um "expert" em teorias mortas, desconhecendo os aspectos práticos de sua profissão. Especializa-se a enésima potência, na teoria da mais-valia, sendo incapaz de qualquer desempenho prático envolvendo a formação de preços ou análise de custos, por exemplo. É incapaz de ler um balanço alegando tratar-se do "métier" do contador. Perde um tempo enorme com

velhas cantilenas ideológicas sobre os mercados e nada entende de marketing ou de planejamento estratégico. Por incrível que pareça, face às consequências que tal pode lhe acarretar, é incapaz de mais elementar análise da conjuntura econômica corrente, perdido que está nos meandros filosóficos. E vai daí afora, premiando a ideologia e desprezando as atividades operacionais, em contrário a premissa básica da economia de otimização dos recursos.

A questão não é de fácil equacionamento. A grade curricular, estabelecida pela Res. 11/84, é a primeira vista bastante apropriada. O problema não é somente de estruturação. É de enfoque e de perspectivas. A grade precisa ser simplificada em alguns aspectos, redimensionadas em outros e, principalmente, adequada à dinâmica de um mundo em rápida evolução, em que a globalização é apenas uma das realidades presentes. O economista, assim como o administrador e o contador, precisa estar voltado a realidade, gerando resultados, agregando valor, adequando alternativas e proporcionando soluções. Para tanto, a par da manutenção das matérias consagradas e da eliminação do entulho ideológico das mesmas, novas disciplinas deverão ser corajosamente incorporadas ao currículo do curso, possibilitando o exercício pleno da profissão. Se não quisermos ficar relegados a condição de meros "teóricos", providências precisam ser tomadas enquanto é tempo.

Estes parágrafos acima citados foram colhidos no XVI Simpósio Nacional dos Conselhos de Economia, em setembro de 1997 e mostra a preocupação dos CORECON's com o ensino de economia face as mudanças que estão ocorrendo em todo o mundo decorrentes da globalização.

A partir do 2º semestre de 1998 será implantado um novo currículo no curso de Ciências Econômicas da UFPI, elaborado através de longas discussões entre os integrantes do corpo docente. Esperamos que o mesmo possa atender às mudanças que estão ocorrendo no mundo, no Brasil e principalmente no Estado do Piauí. É importante que se defina qual é a especialidade do Curso de Ciências Econômicas da UFPI? Esperamos que este novo currículo venha a dar esta especialidade.

É visível que os alunos de economia da UFPI estão descontentes com o curso. Portanto, é necessário que este novo currículo motive os alunos, professores e os funcionários do Departamento de Economia. É importante também que os professores façam uma reavaliação da sua metodologia de ensino e, juntamente com este novo currículo, possam dar aos alunos uma formação mais adequada e à própria sociedade piauiense profissionais mais qualificados e capacitados para que juntos possam ajudar no desenvolvimento social e econômico do nosso Estado.

O Centro Acadêmico de Economia da UFPI está preocupado com os rumos do ensino das Ciências Econômicas, pois o curso se apresenta muito teórico, não mostrado o lado prático da economia em funcionamento. É com base nesta realidade que o CA se uniu ao Departamento de Ciências Econômicas, à Coordenação do Curso e o Conselho Regional de Economia (Seção PI) para discutir e debater os problemas do ensino de economia. O CAECO está fazendo a sua parte implantando em agosto deste ano o

Núcleo de Pesquisas Econômicas (NPE), que irá calcular uma cesta básica voltada para as necessidades nutricionais e culturais dos habitantes da cidade de Teresina e realizar pesquisas de mercado para empresas públicas e privadas. Em Setembro de 98 será implantado a Consultoria Econômica Júnior.

Além da implantação deste lado prático do curso, o CAECO está realizando debates para aumentar o senso crítico dos alunos (a meta será de dois debates mensais), convênios com outras universidades, faculdades, órgãos governamentais e não-governamentais para receber publicações e livros, aumentando o seu acervo bibliográfico com publicações mais atualizadas (é importante destacar a parceria com o Departamento de Economia e com CORECON).

Estamos realizando convênios com empresas especializadas para o ensino de informática aos alunos do curso, já que a grande curricular não oferece nenhuma disciplina de processamento de dados. Estamos conectados na Internet para aquisição de materiais de estudo para os alunos (por enquanto, está sendo utilizado um computador particular, mas estamos trabalhando para que em breve o endereço seja instalado na sala de banco de dados do departamento de Economia).

Em fase final de editoração está o jornal do CA, que terá a periodicidade trimestral e será um espaço para a publicação de artigos dos alunos. Por fim, está em fase de implantação o banco de dados dos alunos, contendo diversas informações e dados sobre o corpo discente: pessoais, de trabalho, perspectivas futuras e histórico de disciplinas cursadas.

Temos como proposta para uma nova gestão fortalecer os projetos já em andamento também aumentar as parcerias realizadas. Fimar convênio com o Departamento de Letras para o ensino das línguas inglesa e espanhola. Lançamento de um livro com publicações de artigos e monografias dos alunos de Ciências Econômicas da UFPI.

E também Realizar a I Semana Cultural do CAECO com vários debates, palestras e grupos de estudo sobre a Economia local, nacional e internacional; competições esportivas e festas. E, por fim, trabalhar para que possamos melhorar a infra-estrutura das salas de aula.

É importante salientar que está sendo fundamental o apoio do Departamento e da Coordenação de Economia, do CORECON e, principalmente, dos alunos. E esperamos que com a introdução do novo currículo mais as propostas que estão em andamento e as outras que virão no futuro próximo, possamos contribuir para que os futuros profissionais de economia ajudem a fazer um Estado mais justo e com uma maior capacidade de crescimento econômico e desenvolvimento socio-cultural para toda a sociedade piauiense. ●

DOMINGOS JUNIOR é aluno do curso de Ciências Econômicas/UFPI, Secretário de Pesquisa e Extensão do CAECO/UFPI e Coordenador Geral do NPE.

AUTO-ESTIMA, PRECONCEITO E RESISTÊNCIA

MOACYR FERRAZ DO LAGO*

A pesar de oferecer uma das melhores leis de incentivos fiscais do país, o Estado do Piauí enfrenta problemas dos mais diversos no que se refere à implantação de empresas em seu território. As dificuldades são de toda ordem. De infra-estrutura, que aumenta os custos de produção a um nível muitas vezes insustentável, onde pode-se citar as estradas (principalmente federais) em estado deplorável, com 8 das 10 piores rodovias federais do Brasil cruzando o Estado, o sistema de fornecimento de energia elétrica à beira do colapso e a falta de um porto marítimo (convém assumir: o dito Porto da Amarração, em Luís Correia, nunca passará de um mero quebra-mar). Junta-se a isto uma instabilidade política que vem se arrastando a décadas, onde grupos se revezam no poder e tentam, a todo custo, manter seus privilégios, sem se preocupar em dar continuidade às poucas e sofridas realizações da gestão anterior. Mas existe uma que até agora é pouco comentada pelos analistas econômicos e políticos: o preconceito ao que é nosso, nascido da baixa auto-estima da população, o que gera uma formidável resistência aos produtos locais.

Intrigado pelo fato de não encontrar explicação econômica entre as teorias mais consideradas atualmente para o fracasso de empresas que oferecem produtos de igual e até superior qualidade e preço inferior ao equivalente importado (excluo aqui os casos de ingerência e despreparo dos "empresários"), realizei uma pesquisa informal entre produtores e empresários de diversas áreas e constatei que, na verdade, existe uma explicação econômica para esta situação: a dos Gostos de Preferências do Consumidor, teorizada pelos economistas neoclássicos. Basicamente, a teoria considera que o ser humano não consome qualquer coisa. Pelo contrário: ele muitas vezes foge da lógica fria e prefere produtos que mais lhe agradam por motivos outros que a necessidade e seu poder de compra, como propaganda, ignorância, cultura, etc. Considero que os motivos que levaram a esta conjuntura e a possível solução estão mais na área da sociologia, da psiquiatria e do marketing. O trabalho do economista limita-se a descrever a situação.

O que ocorre no Piauí, em especial em Teresina, onde realizei minha sondagem, é a resistência do mercado aos produtos locais pelo simples fato de se tratarem de produtos locais. É claro que tal fato

não afeta com seriedade produtos altamente perecíveis, como verduras (apesar da maior parte do que é consumido em nossa cidade provém da parte cearense da serra da Ibiapaba), ovos (principalmente os de codorna) e carnes em geral (a chamada picanha argentina não tem uma participação no mercado que preocupe os produtores locais de animais de corte).

"... uma instabilidade política que vem se arrastando há décadas, onde grupos se revezam no poder e tentam, a todo o custo, manter seus privilégios, sem se preocupar em dá continuidade as poucas e sofridas realizações da gestão anterior".

Analisemos alguns exemplos: mostrem-me uma loja na cidade que comercialize roupas da Ônix Jeans. No próprio Armazém Paraíba, integrante do grupo que fabrica e controla a marca, é artigo raro.

O único grande produtor de flores de Teresina tem dificuldades em convencer as floriculturas da cidade em lhe adotar como fornecedor, chegando ao ponto destas afirmarem aos consumidores que o produto provém de Estados do centro-sul do país. Registe-se: as flores que cultiva, principalmente ramalélis, palmas e crisântemos, são visivelmente mais formosas, baratas e entregues em, no máximo, 12 horas após sua colheita, o que implica durabilidade maior e perda de qualidade zero durante o transporte.

Um pequeno fabricante de roupas que entrevistei passou pela situação talvez cômica, se não fosse trágica, de encontrar em uma loja do centro da cidade que havia lhe recusado como fornecedor, camisetas de sua fabricação. Indagando à vendedora da procedência do produto, descobriu que se tratava de um distribuidor maranhense sediado em São Luís a quem havia recentemente entregue uma grande en-

comenda. O proprietário da loja havia importado, a preço superior, a mesma camiseta que recusara anteriormente e que havia sido exportada para o vizinho Estado do Maranhão. Logicamente, o citado distribuidor omitiu o fato da fábrica encontrar-se a apenas 9km do centro de Teresina.

Por último, tomemos o caso CEASA. Existe uma área em um de seus galpões reservada exclusivamente a produtores e revendedores provenientes de outros Estados. Muitos produtores piauienses instalaram-se nesta área dizendo-se provindos de Estados como Maranhão, Ceará, Tocantins e Pará por já haverem constatado que desta forma é mais fácil comercializar seus produtos. Os intermediários contratados pelos produtores para comercializar seus produtos utilizam o mesmo artifício: nunca revelam a procedência do que vendem.

Uma visita a qualquer supermercado revelará que, à exceção de sabão para lavagem de roupas, quentinhas, velas, vassouras, ovos de codorna e uma marca de conservas e molho de pimenta e farinha de mandioca, os rótulos dos produtos piauienses não trazem a informação de que o mesmo é fabricado no Piauí. Limitam-se a constar os dizeres INDÚSTRIA BRASILEIRA. Trata-se de uma precaução à conhecida resistência ao produto local.

É difícil para o economista isoladamente propor uma solução para tal conjuntura, visto que, como já foi dito, é um fato mais cultural e psicológico que propriamente econômico. O que deve ser feito é uma grande e longa campanha de marketing com a finalidade de exercitar a auto-estima do piauiense, mostrando que o que é produzido aqui é muitas vezes tão bom ou até melhor que o equivalente importado. E também mais barato, visto que os custos com fretes e impostos (devido este último à já citada política de incentivos fiscais) são menores. É claro que esta não é uma tarefa fácil. Será preciso vontade política por parte dos nossos dirigentes, pressionados pelos produtores e muita insistência dos mesmos, visto que é um trabalho cujos frutos só irão ser colhidos a médio e longo prazo •

Moacyr Ferraz do Lago é economista e empresário.

Os índices de desenvolvimento para o Estado do Piauí

LAIRA MARIA ALCOBAÇA GOMES*

1. Introdução

O conceito de desenvolvimento humano em sua divulgação pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), no início da década de 90, e está associado ao ciclo de conferências sociais da Organização das Nações Unidas (ONU).

A concepção de desenvolvimento humano se apresenta como uma alternativa à visão mais tradicional e estritamente econômica do processo de desenvolvimento. Nessa concepção estão presentes três princípios básicos: *desfrutar uma vida longa e saudável, adquirir conhecimento e ter acesso aos recursos necessários a um padrão de vida decente.*

Do ponto de vista do desenvolvimento humano o relevante não é apenas a magnitude de expansão da atividade produtiva, mas sua natureza e qualidade. Isto é, a forma pela qual os frutos do crescimento econômico são partilhados. Nesse contexto, o desenvolvimento humano pressupõe a identificação e implementação de trajetórias de crescimento econômico que viabilizem um desenvolvimento sustentável.

Os novos condicionantes do processo de desenvolvimento humano no Brasil são um novo padrão demográfico brasileiro, caracterizado pela queda acentuada da taxa de fecundidade e o declínio, rápido, da proporção de jovens, enquanto a proporção de idosos cresce ainda muito lentamente; as exigências do crescimento econômico e da formação de uma economia global que exige uma política de estabilização para controle da inflação, difusão de um novo paradigma tecnológico e organizacional, competitividade comercial do país no contexto do processo de globalização e da constituição do Mercosul; e a definição dos níveis de utilização dos recursos naturais que não impliquem em degradação e exaustão, para qualquer tentativa de delinear e perseguir trajetórias de sustentabilidade.

O reconhecimento desses condicionantes demográficos, econômicos e ambientais podem consolidar uma trajetória estável de expansão no Brasil, com melhor distribuição interpessoal e interregional dos frutos do crescimento e redução da pobreza.

2. Os índices de desenvolvimento

Nessa seção, conceituam-se os índices de desenvolvimento humano, social e de bem-estar rural que foram utilizados para mensurar o grau de desenvolvimento do Brasil, de suas Macrorregiões e Estados.

2.1 Índice de desenvolvimento humano (IDH)

O índice de desenvolvimento humano (IDH) proposto pelo PNUD é um indicador que tenta captar e sintetizar as diversas e complexas dimensões do processo de desenvolvimento humano. Esse índice vem sendo calculado ao nível

mundial desde 1990.

O IDH é composto por variáveis que medem a longevidade, o nível educacional e a renda. Essas variáveis sofrem alterações desde 1990 e as estabelecidas no Relatório de Desenvolvimento Humano do Brasil em 1996 seguem a metodologia do Relatório de Desenvolvimento Humano da ONU de 1995.

As variáveis são a esperança de vida ao nascer para indicador de longevidade, a taxa de alfabetização dos adultos e a taxa combinada de matrícula nos ensinos fundamental, médio e superior, reunidas num indicador único através de média ponderada, com pesos dois e um, respectivamente para o indicador do nível educacional e a renda per capita para o indicador do acesso a recursos (padrão de vida).

Um dos problemas metodológicos que se apresenta no IDH é combinar indicadores medidos em diferentes unidades. Então, para encontrar uma medida comum, o IDH considera um mínimo e um máximo para cada dimensão e mostra onde cada país ou estado está em relação a estes valores extremos.

A etapa inicial de construção do IDH é definir a medida da privação de uma dada região em relação a cada uma das quatro variáveis consideradas. A medida é obtida situando-se o valor efetivamente observado para a variável na região em uma escala de 0 a 1, limites que correspondem ao valor mínimo e máximo que pode ser atribuído à variável.

Os limites mínimo e máximo estabelecidos foram os seguintes: para esperança de vida ao nascer, 25 e 85 anos; para taxa de alfabetização dos adultos, 0% e 100%; para a taxa combinada de matrícula nos ensinos fundamental, médio e superior, 0% e 100%; e para renda real per capita, US\$ 100 e US\$ 40.000. Com esses limites, o valor de cada um dos indicadores que compõem o IDH é definido para cada região pela expressão $\text{Indicador} = (\text{valor observado} - \text{valor mínimo}) / (\text{valor máximo} - \text{valor mínimo})$. A etapa final consiste em agregar os indicadores de longevidade, educação e renda em um indicador único, através da média simples dos valores obtidos pelas três dimensões:

$$I = (L + E + R) / 3$$

sendo I , o indicador de longevidade, E , o indicador de nível educacional e R , o indicador renda. Esses índices, calculados para regiões geográficas e estados revelam um perfil mais pormenorizado da privação de cada região ou estado. Por isso é uma ferramenta indispensável para o planejamento do desenvolvimento e sua avaliação. O IDH apresenta-se como alternativa ao PIB para medir o progresso sócio-econômico relativo, em nível nacional e internacional, habilitando as pessoas e os seus governantes a avaliar permanentemente o progresso e a definir políticas de intervenção. O IDH permite comparar as

experiências em diferentes países, estados e municípios.

2.2 Índice de desenvolvimento social (IDS)

Rodrigues (1994a) propõe o Índice de Desenvolvimento Social (IDS) que fundamenta-se no Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), das Nações Unidas e visa ao ordenamento dos países ou estados pesquisados segundo os valores obtidos para os indicadores selecionados. A autora tenta diferenciar os dois índices acima, incorporando a idéia de que, para os países em desenvolvimento, urge introduzir um conceito intermediário de desenvolvimento que extrapole a noção de crescimento econômico e que também não pretenda avaliar somente o grau de realização pessoal dos indivíduos. Para o caso do Brasil, a autora considera fundamental incorporar uma medida de desigualdade da distribuição da renda na composição do índice de renda. Os indicadores mais utilizados, em nível internacional, são o Coeficiente de Gini e a razão da participação na renda de diferentes estratos da população.

O IDS (versão de fevereiro de 1994) resulta da média aritmética simples dos índices parciais, construídos a partir dos indicadores saúde, educação e renda, pois esses três indicadores são igualmente importantes do ponto de vista do bem-estar. Esses indicadores parciais são calculados através da média ponderada entre as variáveis esperança de vida ao nascer e taxa de mortalidade infantil (indicador de saúde); taxa de analfabetismo de adultos, escolaridade média e taxa de escolaridade básica deficiente (indicador de educação); e renda média da PEA com rendimento e razão entre os 10% mais ricos e os 20% mais pobres (indicador de renda).

2.3 Índice de bem-estar social para a agricultura (IBES)

Kageyama e Rehder (1993) propõem dois tipos de índices compostos para avaliar o bem-estar no setor agrícola brasileiro. Um baseado na metodologia da ONU e procedimentos básicos do IDS de Rodrigues (1994a), denominado IBES (Índice de Bem-Estar Social Rural) e outro, o IBES-Média, que avalia o bem-estar ao longo do tempo.

Esses índices são construídos a partir da média aritmética dos quatro índices parciais (domicílio, condições de trabalho, educação e renda), obtidos através das médias ponderadas dos indicadores originais (canalização interna de água, iluminação elétrica, geladeira, etc.).

A diferenciação básica entre os dois índices é que os indicadores originais são padronizados, isto é, convertidos em índices simples para construção dos índices parciais no IBES e no IBES-M, os índices parciais são calculados diretamente dos indicadores originais.

2.4 Os índices de desenvolvimento social e humano para o Estado do Piauí

Os índices de desenvolvimento humano (IDH), social (IDS) e bem-estar rural (IBES), calculados nos estudos do IPEA (1996), Rodrigues (1994a) e Kageyama e Redher (1993), respectivamente, são utilizados para mostrar o grau de desenvolvimento do Estado do Piauí.

O índice de desenvolvimento social (IDS) é a agregação dos resultados dos indicadores saúde, educação e renda, decodificados numa escala entre zero e um. Quanto mais próximo de um, melhor terá sido a performance dos indicadores sociais de um dado estado em termos da realidade social brasileira dos anos 80, e vice-versa.

A TABELA 1 apresenta os indicadores de saúde, educação e renda e o IDS para 1980/1984 e 1990.

Os resultados de Rodrigues (1994a) apontaram três grupos de estados com padrões de desempenho distintos entre si, que os caracterizam como de elevado, médio e baixo desenvolvimento em saúde, educação e renda, no cenário brasileiro.

O Piauí faz parte do grupo de estados de baixo desenvolvimento. O índice de saúde foi o que obteve melhor desempenho, passando de 0,335 em 1980 para 0,727 em 1990. Esse índice obteve elevação devido, em parte, ao decréscimo da mortalidade infantil. Convém alertar que esses dados sobre mortalidade infantil podem estar falseados pela falta de registro de nascimento. Segundo informações divulgadas na Folha de São Paulo, de 17/11/96, há, no Brasil, 50 milhões de pessoas sem registro de nascimento, não tendo, portanto, existência legal. No Piauí, a estimativa elaborada por Simões (1996) é de que 72,07% dos piauienses vivem e morrem sem registro de nascimento, percentual superado apenas pelo Maranhão, com 81,96%. Para o total da população brasileira, esse percentual é de 30,56%.

Quanto ao indicador de educação, o Piauí ocupa o 19º lugar, o penúltimo na classificação geral dos estados brasileiros, com índice de 0,031, em 1984, e 0,153, em 1990.

Pelo critério da renda, a autora classifica o Piauí no 20º lugar em 1984 e 1990, entre os vinte Estados considerados, com os índices de 0,037 e 0,000, respectivamente.

Em resumo, o grupo de baixo desenvolvimento social engloba todos os estados do Nordeste. O Piauí atinge IDS de 0,134 em 1980/84 e 0,293, em 1990, classificando-se em 18º lugar e 16º lugar, respectivamente. O IDS cresceu em todos os estados no período de 1984 a 1990, o que, particularmente no Piauí, decorreu da elevação do índice da saúde. O índice de desenvolvimento humano (IDH) torna-se o ponto de partida para o exame do estágio atual do desenvolvimento humano no Brasil e dos desníveis regionais. O IPEA (1996) calcula o IDH para o país e cada um dos estados.

Os resultados dos IDH para os estados apontam três "Brasis", segundo parâmetros definidos pelo PNUD para comparações internacionais: 1. elevado nível de desenvolvimento humano (Rio Grande do Sul, Distrito Federal, São Paulo, Santa Catarina, Rio de Janeiro, Paraná, Mato Grosso do Sul e Espírito Santo);

2. médio nível de desenvolvimento humano (Minas Gerais, Goiás, Mato Grosso, Rondônia, Amapá, Roraima e Amapá); 3. Baixo nível de desenvolvimento humano (Pará, Acre e os estados da Região Nordeste).

A TABELA 2 mostra o IDH e seus componentes para o Brasil, Nordeste e Piauí, em 1991. Verifica-se que o índice de esperança de vida ao nascer no Piauí (0,69) é maior do que no Nordeste (0,57). O índice de educação do Piauí (0,61) equipara-se ao do Nordeste (0,62), mas está bem abaixo do índice no Brasil (0,76). O índice da renda no Piauí é 2,0 vezes e 4,1 vezes menor que no Nordeste e Brasil, respectivamente.

A Região Nordeste (IDH igual a 0,548) é identificada como de baixo desenvolvimento humano, incluindo os seus nove estados. No Piauí, o IDH é de 0,502, acima, apenas, dos índices dos estados de Alagoas (0,500) e Paraíba (0,466).

As diferenças nas posições são explicadas pelos desempenhos com relação à esperança de vida ao nascer ou ao nível educacional. Ocorre uma forte correlação positiva entre a posição ocupada pelo estado em relação à renda *per capita* e ao nível de escolaridade, isto é, os estados com renda *per capita* mais elevada apresentam também alto nível de escolaridade. É a variável esperança de vida é a que apresenta maior discrepância com as demais na ordenação.

Para Kageyama e Redher (1993), a evolução do bem-estar rural na década de 80 teve um sentido regional divergente, aumentando as disparidades regionais, posto que os maiores progressos ocorreram nos estados de agricultura moderna.

O índice de bem-estar social rural (IBES) coloca o Piauí em 20º lugar entre os 20 estados analisados por Kageyama e Redher (1993), tanto em 1981 quanto em 1990. O estado apresenta, também, os piores índices parciais em relação ao Brasil e aos nove estados nordestinos, seja na metodologia da ONU, seja na da média aritmética. O grau do bem-estar rural é influenciado pela produtividade do trabalho e urbanização. Em 1990, essa influência é positiva para as duas variáveis, que explicam 80% da soma de quadrados, ou seja, da variabilidade do bem-estar rural, segundo resultados obtidos por Kageyama e Redher (1993). Concluem os autores que as diferenças das condições de vida (bem-estar) da população rural no Brasil podem ser explicadas pela produtividade e urbanização, fatores que representam os eixos do desenvolvimento econômico sobre o bem-estar rural.

Os índices IDH (PEA, 1996) e IDS (Rodrigues, 1994a) apontam o baixo nível de desenvolvimento humano e social do Piauí. No que diz respeito à renda e educação, o Piauí é o estado com os piores índices do Nordeste. O índice da saúde é o melhor colocado pela baixa mortalidade e alta esperança de vida ao nascer frente ao Brasil e Nordeste, mas não se pode esquecer do problema da falta de registro, que permite questionar esses dados.

JARA M. ALCOBAÇA GOMES é professora do Curso de Economia/UFPL Mestre em Economia Rural pela UFPB-CG e doutoranda em Economia Aplicada na USP/ESALQ.

TABELA 1. Indicadores de saúde, educação e renda e o índice de desenvolvimento social (IDS) para o Brasil, Nordeste e Piauí em 1980 / 1984 e 1990

Índices	Brasil	Nordeste		Piauí	
		Índice	Classificação ⁽¹⁾	Índice	Classificação ⁽²⁾
Saúde					
1980	0,528	0,217	4	0,335	14
1990	0,755	0,547	4	0,727	12
Educação					
1984	0,530	0,177	4	0,031	20
1990	0,626	0,264	4	0,153	20
Renda					
1984	0,388	0,135	4	0,037	20
1990	0,370	0,148	4	0,000	20
IDS					
1980/1984 ⁽³⁾	0,485	0,176	4	0,134	18
1990 ⁽⁴⁾	0,584	0,320	4	0,293	16

Fonte: Dados extraídos de Rodrigues (1994).

Notas: (1) Considerando as quatro macrorregiões brasileiras. (2) Considerando vinte Unidades da Federação. (3) Acima dos Estados da Paraíba (18) e Ceará (20). (4) Acima dos Estados do Ceará (17), Maranhão (18), Alagoas (19) e Paraíba (20).

Tabela 2. Índice de desenvolvimento humano (IDH) para Brasil, Nordeste e Piauí - 1991.

Unidade	Esperança de vida ao nascer (anos)	Taxa de alfabetização de adultos (%)	Taxa combinada de matrículas nos três níveis de ensino (%)	PIB per capita US\$	Índice de esperança de vida	Índice de educação	Índice do PIB	Índice de desenvolvimento humano
Brasil	66	79,9	68	2,920	0,69	0,76	0,94	0,797
Nordeste	59	62,4	60	1,426	0,57	0,62	0,46	0,548
Piauí	65	58,3	65	746	0,67	0,61	0,23	0,502

Fonte: IPEA (1996, p.169)

Nota: coluna 2, referente à população com 15 anos ou mais; coluna 3, percentagem da população de 7 a 22 anos.

Considerações sobre o

WILLIAM JORGE BANDEIRA*

1. Introdução

A questão do desemprego é muito complexa, pois sua origem e/ou causas podem ser de natureza múltipla e cada causa específica prevalecer sobre as outras em momentos diferenciados com constantes trocas de posições quanto a prevalência causal.

A preocupação sobre as taxas de desemprego constitui um fenômeno mundial hoje, em virtude das fortes transformações tecnológicas que estamos atravessando, as quais representam repercussões importantes nas relações de trabalho e na estrutura das ocupações. As ocupações, em face de rápidas mudanças tecnológicas, sofrem transformações radicais, em que muitas delas desaparecem, dando lugar a novas ocupações com exigências de maiores qualificações, demandando ações rápidas e de grande magnitude em programas de reciclagem.

Com isso, o nível educacional da população trabalhadora passa a ser crucial para evitar altas taxas de desemprego friccional, por longo tempo. Tal fato, cria sérios problemas para economias em que seus trabalhadores possuem baixo nível educacional – como é o caso do Brasil, cuja média de escolaridade dos trabalhadores não passa de 3,5 anos de estudos, sem falar no baixo nível do ensino.

O problema se torna mais grave ainda quando junto com mudanças tecnológicas ocorre, também, um processo de integração de mercados, com formação de megamercados. Tal situação remete para o problema da competitividade da indústria de cada país, e daí, a produtividade da indústria (e da economia em geral), as externalidades sistêmicas (representadas pelas infra-estruturas econômica e social), o sistema tributário, as relações trabalhistas e sindicais, etc., jogam papel decisivo na competitividade das empresas com repercussão no balanço de pagamentos do País. Com isso, as antigas estruturas das vantagens comparativas tradicionais são modificadas, dando lugar a deslocamentos do fluxo do comércio de mercadorias entre países, privilegiando aqueles que criam novas fontes de vantagens comparativas, fazendo com que estas sejam dinâmicas e dependentes de introdução de inovações tecnológicas.

Assim, as novas tecnologias (sobretudo as ligadas à telemática) atingem de modo diferente as várias economias, no que concerne ao emprego. As economias mais vulneráveis são as menos desenvolvidas, a medida que têm problemas educacionais, legislações tributária e trabalhista inadequadas, sistemas de infra-estrutura econômica e social deficientes, dinâmica populacional desfavorável, etc. Em geral, essas economias perdem posições no mer-

cado internacional de mercadorias, criam forte dependência ao capital internacional por problemas no balanço de pagamentos e, como consequência, restringem de modo dramático o próprio crescimento interno com impacto considerável nas taxas de ocupação de sua força de trabalho.

2. O Desemprego no Brasil e suas Causas Imediatas

No Brasil a preocupação com o desemprego, no âmbito da população, começou a ganhar caráter dramático em anos recentes (após o Plano Real). Antes a preocupação maior era com o processo inflacionário, o qual dissipava de modo brutal os salários das camadas mais modestas dos assalariados.

Portanto, as taxas de desemprego aberto nas seis principais regiões metropolitanas do País se situaram em torno da média de 5,15% no período de 1990/97, com médias parecidas nos períodos pré-plano e pós-plano. No entanto, a partir de janeiro de 1998, em virtude do pacote governamental, visando defender a moeda de ataque especulativo proveniente da crise asiática no final de 1997, as taxas de desemprego subiram para patamares acima de 8%, atingindo 8,88% em maio e 8,71% em junho de 1998 e, espera-se, para os próximos dois ou três anos que tal índice dificilmente possa ser melhorado (tabela 1).

Como causas imediatas, podemos enumerar três fatores responsáveis pelas altas taxas de desemprego no Brasil e sua trajetória crescente. Em primeiro lugar, aparece a reestruturação produtiva da indústria, a partir do início dos anos 90, com a introdução de novas tecnologias produtivas e de gestão. No período de 1990/95, a indústria diminuiu sua participação na ocupação de 23,9% para 19,2%. Essa situação foi em parte compensada pelo aumento da participação do comércio (14,6% para 15,5%) e serviços (47,9% para 51,2%), além do aumento de participação do setor informal.

No mesmo período, a indústria paulista dispensou cerca de 25% de sua força de trabalho. A contrapartida deste índice é o forte aumento de produtividade ocorrido no Brasil e, particularmente na indústria de São Paulo. No período de 1989/94 a produtividade na indústria manufatureira no Brasil cresceu, em média,

38%, contra apenas 4% em toda década dos anos 80 (segundo estudo da Cepal). Os setores que mais cresceram foram os ligados a produtos metálicos (72%), material de transporte (60%), insumos básicos (58%) e, bens de consumo duráveis (44%), enquanto que os setores tradicionais ficaram com taxas abaixo da média, tais como: setores tradicionais (excetuando alimentos) que cresceram em torno de 30%, e alimentos e bebidas com 36%.

Já é bem conhecida a dispensa em massa de trabalhadores no setor financeiro, principalmente nos bancos, em decorrência de introdução de tecnologias da informação, além de os setores de comércio e serviços terem iniciado o processo de reestruturação a partir de 1995.

A preocupação maior é que esse processo está apenas em seu início, em que podemos esperar que o desemprego do tipo tecnológico possa continuar ainda por tempo indefinido.

O segundo fator causador do aumento das taxas de desemprego foi o advento do Plano Real e os pacotes de defesa contra ataques especulativos que ocorreram em 1995 (crise do México) e 1997 (crise asiática). Até 1994, a balança comercial apresentava saldos acima de 10 bilhões de dólares, contribuindo fortemente para cobrir os déficits na conta de serviços, mantendo tranqüila a situação externa. Porém, a partir de 1994, em face da valorização da taxa de câmbio e da explosão do consumo, a balança comercial passou a apresentar déficits recorrentes, alcançando em 1997 o índice de 4,5% do PIB, resultado que corresponde, em termos internacionais, a um alto risco de crise cambial.

O aumento da dependência de capitais externos obrigou o Banco Central a adotar uma política de juros altos para atrair capitais externos. Com isso, restringiu fortemente a demanda interna (consumo e investimentos), diminuindo de modo dramático as taxas de crescimento da renda nacional e, em consequência, se constituindo em mais um fator inibidor de criação de novos empregos.

Em 1994, o PIB cresceu cerca de 6%. Em 1995, caiu para 4,2%. O efeito da crise mexicana se fez sentir com maior vigor em 1996, quando o PIB cresceu apenas 2,9% e, em 1997, a taxa foi de 3,03%. Em 1998, em face do pacote de novembro de

TABELA 1. Taxa (%) de Desemprego Aberto no Brasil – 1990-97

1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997
4,3	4,8	6,0	5,3	5,1	4,6	5,4	5,66

Fonte: IBGE

desemprego no Brasil

1997, estima-se um crescimento de 1,5%. Esses números são desastrosos em relação ao índice de emprego, pois é necessário que o País cresça no mínimo 6% para evitar o crescimento do desemprego.

O terceiro fator responsável pelo crescimento das taxas de desemprego pode ser creditado a própria dinâmica populacional. No Brasil, a PEA (população economicamente ativa) cresce, em média, cerca de 2,3% ao ano, enquanto nos países desenvolvidos essa taxa é de apenas 0,3%. Com isso, as taxas de crescimento do PIB brasileiro precisam ser bastante altas para criar empregos suficientes para absorver os novos trabalhadores que ingressam no mercado de trabalho todos os anos. Para piorar a situação, a introdução de novas tecnologias ainda contribui para diminuir a elasticidade de emprego em relação ao PIB. Em 1993/94, por exemplo, o PIB acusou taxa média de crescimento de 4,9%, contra o crescimento de apenas 2% do emprego. No período de 1990/95, cada ponto percentual de crescimento da produção se traduziu em apenas 0,14 pontos de expansão no emprego. No mesmo período, foi registrado aumento de produtividade de 15,4% na indústria paulista, enquanto o emprego se reduziu em 18,8%.

3. Causas Primárias do Desemprego no Brasil

O Brasil apresenta grandes vulnerabilidades quanto a competitividade de sua indústria no confronto com economias avançadas e até com algumas economias emergentes, como os "tigres asiáticos" por exemplo. Esse quadro tem se deteriorado a partir dos anos 90 em virtude do avanço destes países em relação a introdução de novas tecnologias. Com isso, as vantagens comparativas conquistadas às duras penas nos anos 80, têm sido dissipadas paulatinamente, tal fato é refletido na perda de posição do Brasil no comércio mundial de bens manufaturados, desde o início do processo de abertura iniciado com o governo Collor de Melo.

O quadro 2 mostra muito bem a situação. Os saldos na balança comercial dos bens manufaturados têm uma trajetória crescente até 1989, a partir de 1990 passa a mostrar uma trajetória decrescente, contribuindo cada vez menos com a cobertura dos déficits na conta de serviços.

Isso vem acontecendo a despeito do forte aumento de produtividade na indústria a partir de 1989. No entanto, parece que isso ainda é insuficiente em termos de competitividade da indústria brasileira. Os baixos gastos em pesquisa e desenvolvimento (nas empresas e do governo, comparados a outros países) e as escalas de produção insuficientes das empresas brasileiras podem estar jogando

um papel importante nesse processo, além do fato de a reestruturação industrial estar apenas em seu início.

As externalidades sistêmicas ligadas aos determinantes macroeconômicos, políticos-institucionais, legais-regulatórios, infra-estruturais e os determinantes sociais têm se mostrado, de acordo com vários estudos, bastante desfavoráveis para a competitividade da indústria brasileira. O Brasil está longe de possuir uma rede de transporte integrada, moderna e eficiente. Nesta área, o diferencial de custos comparativos com países competidores tira qualquer vantagem que o país possa criar na produção. Um exemplo é o custo de transporte e de porto do complexo soja, onde esse diferencial chega a cerca de 58 dólares por tonelada a mais no Brasil, comparados com os principais competidores.

É importante, também, considerar as desvantagens em termos de nível educacional e de qualificação profissional da força de trabalho no Brasil. A própria tributação representa uma desvantagem para o Brasil, à medida que as exportações aqui são tributadas e em outros países, não.

Assim, o ajuste conseguido na balança comercial nos anos 80 (visando gerar saldos), através de fortes desvalorizações da moeda e de um sistema de proteção da indústria através de tarifas de importações, foi totalmente modificado com as mudanças tecnológicas que estão ocorrendo, com a mudança da estrutura das tarifas a partir do governo Collor, a explosão da demanda e a valorização cambial provocados pelo Plano Real. Assim, é necessário a busca de um outro equilíbrio, que deve ser prioritariamente através de mudanças estruturais.

Portanto, as verdadeiras causas do desequilíbrio macroeconômico que limita as taxas de crescimento econômico (inibe o crescimento das exportações, do investimento, do consumo e do emprego) e que impacta diretamente na insuficiência de empregos para ocupar a força de traba-

balho, são as deficiências de produtividade da economia como um todo (que determina baixa competitividade da indústria), o aparato institucional inadequado, o sistema tributário, a deficiente infra-estrutura econômica e social (componentes mais visíveis do custo Brasil), além das legislações trabalhista e sindical que precisam ser modernizadas.

4. Conclusões

O desequilíbrio macroeconômico que o Brasil enfrenta atualmente, refletido no crescente endividamento externo e interno que leva a necessidade de uma política monetária restritiva e altos juros, tem suas raízes nas deficientes condições estruturais brasileiras para enfrentar a nova realidade da economia e do padrão de comércio mundiais. O equilíbrio conquistado nos anos 80 foi totalmente rompido pelas transformações ocorridas a partir do início dos anos 90.

Acreditamos que o ajuste, pelo menos no momento, não pode ser feito a nível das variáveis macroeconômicas. Quaisquer mudanças nas variáveis macro (câmbio, juros, salários, tarifas, etc) serão apenas residuais e insuficientes, além de arriscadas, quando pensamos na consolidação da estabilidade monetária.

A estabilidade e o crescimento só serão sustentáveis se o ajuste for feito do lado estrutural. Para isso, é preciso um projeto nacional articulado e integrado, onde todas as áreas deverão ser atacadas simultaneamente e de forma adequada. ●

WILLIAM JORGE BANDEIRA é professor de Economia da UFPI e doutor em Economia USP.

TABELA 2 - Contribuição da Indústria Manufatureira na cobertura dos déficits na Conta de Serviços - Brasil - 1980/1994
Valores em bilhões de dólares

Discriminação	1980	1985	1989	1992	1993	1994
Balança de Bens						
Ind. Manufat.	1,3	11,1	13,6	11,8	9,9	6,5
Balança Serviços	10,1	12,8	14,8	11,1	15,4	11,4
Part. da Ind. (%)	12,9	86,7	91,9	106,3	64,3	57,1

Fonte: Ministério da Fazenda - DECEX-CIC

A atualidade de Celso

LINCOLN MORAIS DE SOUZA E SAMUEL COSTA FILHO*

De volta com crise. É exatamente a impressão que paira no ar quando se observa, mais uma vez, o reconhecimento da importante obra de Celso Furtado, bem como sua atualidade e as respectivas reflexões sobre o Brasil. Não é por acaso, as várias homenagens recebidas e as inúmeras entrevistas que tem dado ultimamente.

De certa forma é um truismo justificar a atualidade de um autor clássico. Bastaria que fosse lembrada a crise atual porque passa o Brasil e a necessidade de superá-la. E nesses momentos em que os problemas afloram mais claramente, os clássicos, mais uma vez, tornam-se extremamente importantes e no caso de Furtado seu significado é duplo, ou seja, tanto pelas análises efetuadas como algumas de suas propostas básicas sobre o desenvolvimento no país.

Não é possível entender a nossa situação, por exemplo, esquecendo os vínculos históricos e estruturais que moldam a nossa realidade. E Celso Furtado já apontava em décadas passadas a dimensão estrutural dos obstáculos, nossa herança histórica e a urgência de uma resolução efetiva. Mesmo se pensarmos somente em alguns dos seus principais livros e vendo as questões de modo pontual, a associação com o momento nos vem de imediato. Em *Formação Econômica do Brasil* (1959) e *Desenvolvimento e Subdesenvolvimento* (1961), está grande parte da base analítica do autor e as raízes de suas proposições. No caso de *Desenvolvimento e Subdesenvolvimento*, para se ter uma idéia: o subdesenvolvimento já aparece, essencialmente, como resultante da difusão desigual do processo técnico, o que nos leva a pensar, no mínimo, na chamada terceira revolução científica e o papel secundário do Brasil nisto; mas o subdesenvolvimento é uma estrutura autônoma e não etapa do desenvolvimento (será mera coincidência que se fala tanto hoje em "atingir o primeiro mundo"?), onde os centros de decisão estão localizados no exterior (hoje, mais do que nunca) e é marcado pela dependência cultural e padrão

"imitativo" (não custa lembrar que a modernidade brasileira está defendida pelos grupos dominantes como se fosse uma questão de consumo e não de direitos). Além do mais, Furtado, já naquela época, criticava as medidas orientadas pelo FMI, como o combate à inflação através de medidas monetárias, estabilidade e estagnação da economia. Ele defende, como se sabe, a necessidade de um governo ativo, através do planejamento, reorientação dos gastos e aumento das inversões no processo produtivo e o estímulo à indústria brasileira de bens de capital. Igualmente ele apontava os altos custos sociais e crescentes injustiças sociais, mais intensos e generalizados hoje em dia, embora encarados como naturais (ponto de vista liberal desde o início da economia política) na visão do próprio presidente Fernando Henrique Cardoso.

Em *Formação Econômica do Brasil*, o autor coloca definitivamente em cena a importância do Estado. Como pano de fundo assistimos a toda nossa herança e a inserção no sistema mundial que vão condicionando a estrutura econômica brasileira posteriormente. Assim, a independência política não levou à independência econômica, criam-se setores internos heterogêneos, a indústria no Brasil vinculou-se à desigualdade social crônica, inflação estrutural e desequilíbrio externo (ponto que também ocorre no mundo pós-Real). E novamente, Celso Furtado mostra a importância do papel do Estado e do planejamento para se tentar solucionar os entraves.

Passando-se agora para *Dialética do Desenvolvimento*, alguns temas e procedimentos característicos desse autor são retomados, como: a dimensão histórica como fundamental para se entender uma sociedade capitalista periférica: a crítica do economicismo; a crítica aos fundamentos da modernização; a defesa do desenvolvimento econômico com a sociedade subordinando a economia a seus objetivos. Ao lado destes elementos, vemos igualmente a

importância da mudança para o país, incluindo-se sua maioria e a necessidade de um envolvimento maior da classe trabalhadora. Mas, como algo recorrente, Furtado ressalta que os grupos dominantes não encaminham as soluções para uma modificação profunda do quadro brasileiro, incluindo-se os grupos do Nordeste (para que observação mais atual?).

É no livro *Um Projeto para o Brasil* (1968), entretanto, que o citado autor sistematiza melhor suas propostas de mudança e aponta para a necessidade de uma estratégia global, já que, dentre outras coisas, existem aqueles que se colocarão contra a mudança. O que ele denomina como deformações estão ainda presentes no perfil da demanda Suntuosa (pense-se no consumo ostentatório no Brasil contrastando com um mercado interno "pouco aproveitado"); estrutura agrária (continua concentrada e não é por acaso que ele tem defendido o MST - Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra); a grande empresa estrangeira controlando o centro das decisões (poderíamos associar a isto também os ditames da política econômica determinada pelo FMI); industrialização pouco inserida na pauta das exportações, questão também não resolvida satisfatoriamente; relevância de pesquisa básica e tecnologia (lembre-se do sucateamento das universidades públicas federais).

Mas o desenvolvimento, como lembra Furtado, tem igualmente uma dimensão cultural parecendo até que ele antevia a chamada cultura de massa, imitando-se, de modo caricatural, o consumismo americano.

No *Mito do Desenvolvimento Econômico* (1974) a abordagem mais ampla da dependência, ampliando-a para o campo cultural no sentido lato, é de uma grande atualidade, bastando-se pensar no que representa a adoção de hábitos e costumes norte-americanos hoje em dia para a minoria "moderna", especialmente via Miami. A denúncia referente à exploração do meio ambiente pelo sistema capitalista, sem cair no alarmismo, representa outra contribuição relevante. E, mais uma vez, a crítica à visão "tecnocrata" da economia por parte de

Furtado

PROCESSO DE MARKETING

TIAGO CARDOSO ROSA *

muitos profissionais (como talvez Gustavo Franco?).

Finalizando-se este artigo, na *Pequena Introdução ao Desenvolvimento: Enfoque Interdisciplinar* (1980), nada mais lógico do que a continuidade do enfoque "histórico-estrutural" e a adoção da totalidade praticada por Furtado, especialmente quando, em nome de uma postura pós-moderna e antiholística apregoa-se, direta e/ou indiretamente, uma abordagem metodológica centrada no singular. Mas o autor vai adiante e, a partir de Weber, critica a razão instrumental dominante na chamada análise econômica.

Quanto às questões pontuais importantes, podemos destacar o seguinte: a observação de Celso Furtado referente a uma elevada taxa de lucro sem uma preocupação maior com a produtividade, a escolha de tecnologia e o enorme custo social; a elevada concentração de renda também apontada por ele e que hoje constitui um dos mais graves problemas do país; a expansão do consumo das camadas de rendas médias e elevadas destacada por Furtado e a modernização dos processos produtivos com a massa da população sendo jogada para o dominado mercado informal de bens e serviços (reformas anunciadas pelo Ministro Amadeu para elevar o emprego?); e, muito atual e grave, o esvaziamento do Estado também através das privatizações indiscriminadas de empresas estratégicas (onde se discute e perde-se tempo com reportagens sobre o nascimento de Sacha e não se debate minimamente a privatização das telecomunicações, com o retorno dos portugueses e espanhóis na comemoração dos 500 anos da independência?) ●

LINCOLN MORAES DE SOUZA é professor de Ciências Sociais da UFRN. Mestre em Sociologia do Desenvolvimento na UnB e doutorando em Economia Social e do Trabalho do IE-Unicamp.

SAMUEL COSTA FILHO é professor do Departamento de Economia/UFPI, Mestre em Teoria Econômica pelo CAEN/UFC e doutorando em economia do IE-Unicamp.

A compreensão do processo de marketing depende da clareza do conceito do processo de negócio. A finalidade de qualquer negócio é entregar valor ao mercado, objetivando alcançar lucro. Existem várias visões deste sistema de entrega de valor, abordar-se-ão as duas principais: a *visão tradicional*, onde a empresa fabrica produtos e serviços para, depois vender. Um exemplo dessa visão: uma empresa produz algo e contrata pessoas para vendê-lo. Nesta visão, o processo de marketing entra em prática na segunda metade do processo de entrega de valor – a venda do produto. Nesse contexto, a empresa sabe o que fabrica e o mercado comprará as unidades suficientes para a mesma obter lucro.

O comportamento dessa visão nos faz lembrar a lei do economista clássico Jean Baptiste Say, que afirma: a oferta gera sua própria procura. Esta realidade concretiza-se em economias menos competitivas, onde os consumidores não se preocupam com a qualidade, características ou estilo do produto. A *visão moderna* desenha a oferta para os mercados - alvo bem definido. O marketing entra no início do processo de planejamento do negócio.

O processo consiste na escolha de valor, o fornecimento e comunicação ao mercado - alvo, onde três fases orientam o processo de marketing. A primeira, a escolha de valor, representa o trabalho de marketing antes da existência de qualquer produto ou serviço. O sistema se desenvolve com o profissional de marketing que segmenta o mercado, seleciona o mercado-alvo, define e desenvolve o posicionamento de valor de oferta. Segmentação, escolha de alvo e posicionamento são a essência do marketing estratégico. A escolha do valor por parte da unidade estratégica, para entregar o mercado-alvo, onde a referida unidade fornecerá o valor. Nessa perspectiva, o

produto ou serviço deve ser especificado em detalhes, um preço-alvo deve ser fixado e o produto deve ser fabricado e distribuído. A fórmula – característica específica do produto, preço e distribuição é considerado parte do marketing tático. Comunicar valor é tarefa do terceiro estágio. Força de venda, promoção de venda, propaganda e outras tarefas promocionais para informar ao mercado sobre a oferta, constituem táticas adicionais de marketing. Esta realidade demonstra que o processo de marketing começa antes da fabricação do produto e continua em sua fase de desenvolvimento até a sua disponibilidade no mercado.

Dos países, o Japão é o que mais têm desenvolvido esta visão de criação e entrega de valor, acrescentando os seguintes conceitos: tempo zero para atender o feedback do consumidor, tempo zero para a melhoria do produto, tempo zero de compra, tempo zero de ajuste de máquinas e linha de montagem (setup) e zero defeito.

Assim, o marketing é a primeira etapa do planejamento do negócio, em que o mercado alvo e a estratégia de posicionamento do produto são definidos e as metas de vendas e os recursos são estabelecidos. O papel dos outros departamentos da empresa é assegurar o apoio do plano de marketing proposto com dinheiro, materiais, máquinas e funcionários. Portanto, para assegurar estas responsabilidades, os administradores de marketing definem um processo de marketing que conceitua-se do seguinte modo:

O processo de marketing consiste na análise de oportunidades, pesquisa e seleção do mercado-alvo, preparação de estratégias, planejamento de programas e organização, implementação e controle do esforço de marketing ●

TIAGO CARDOSO ROSA é professor do Curso de Economia/UFPI. Mestre em Gestão Universitária/UFPI e doutorando em Ciências Empresariais pela Universidade del Museo Social Argentino.

ENFOQUE

TRISTE PAMPA

UM COLABORADOR ESPECIAL

Muitos achavam que a área gaúcha, devido à sua vocação imigratória (italianos, alemães, poloneses, etc.) e portanto de trabalho livre e assalariado, era imune ou poupada pela pecha escravista. Os grandes autores daquela área, como Oliveira Viana (*Populações Meridionais Do Brasil*, em dois volumes) e Viana Moog (*Bandeirantes e Pioneiras*) não emprestam maior relevo ao tema da escravidão negra. Naquele Pampa Alegre estaria o verdadeiro "brasileiro cordial" inventado pelo grande Sérgio Buarque de Hollanda, em suas clássicas *Raízes do Brasil*.

Mas o historiador e economista Solimar Oliveira Lima, com sua herança negra no sangue e na alma, mostrou que o Pampa Alegre é na realidade o Triste Pampa que sua tese acaba de colocar em destaque especial, como mostra seu orientador emérito Mário Maestri.

Deixando de lado a bibliografia clássica, Solimar foi fundo nas fontes primárias de Porto Alegre, e construiu uma tese original agora publicada, com muita oportunidade, pelo Instituto Estadual do Livro do Estado do Rio Grande do Sul em parceria com a Editora da PUCRS.

Assim como houve o Triste Nordeste de Salvador e Maranhão, com suas manchas intensas de escravidão negra, houve também o Triste Pampa que Solimar colocou em moldura de ferro o outro lado da "civilização do pampa" onde a vocação da imigração não conseguiu encobrir as manchas da escravidão negra. Em tempo, Solimar é professor do Departamento de Economia/UFPI e atualmente faz doutorado em História do Brasil na PUCRS. ●

Uma solução para o Brasil

STEBANO ALMEIDA LOPES *

O Brasil vem passando por uma situação sócio-econômica caótica. O Plano Real trouxe uma certa estabilidade econômica, mas já é hora de se fazer alguns ajustes, e rápido! Acredito que uma pequena desvalorização da nossa moeda, feita de forma gradativa juntamente com uma reforma fiscal visando reduzir os custos do empregado para o empregador, seja uma solução para o Brasil.

Com a desvalorização da moeda será possível gerar saldo em nossas contas correntes com o exterior, e o que é mais importante, inibir a importação. A solução é diminuir o déficit público. Segundo João Sucupira, os problemas sociais brasileiros não tendem a ser resolvidos porque não há recursos por causa do déficit.

Para chegar ao desenvolvimento o Brasil deve reduzir o déficit e investir na educação e pesquisa, pois, desta forma, poderemos desenvolver nossa própria tecnologia para produzir os bens de que necessitamos para a demanda interna e até mesmo exportar.

Com uma política social voltada para o desenvolvimento e uma reforma fiscal senal o setor da indústria terá mais incentivos para empregar pessoal novo e desenvolver novos produtos e tecnologia.

Os poucos pesquisadores brasileiros, devido aos baixos salários que recebem, vão trabalhar nas empresas e universidades do exterior, para desenvolver tecnologia e produtos que, depois, importaremos desses países estrangeiros.

Mantendo nossos cientistas no país através de investimentos na área educacional, o Brasil estará dando um passo certo para o desenvolvimento.

Será possível produzir nossa própria tecnologia e fortalecer a indústria nacional, colocando-a em condições de concorrer com as estrangeiras. Desta forma, será reduzida a importação e passaremos a exportar os "frutos" da nossa nova tecnologia.

A importação tem que ser reduzida porque gera um ciclo vicioso. Se o Brasil continuar sempre importando os produtos de que precisa nunca terá capacidade para produzi-los. Atualmente somos outro tipo de colônia, não mais portuguesa, mas americana, japonesa e de onde tenhamos que importar. O Brasil tem condições de produzir praticamente tudo o que quiser. Está na hora de produzir sua própria tecnologia e assumir a condição de país continental desenvolvido e conquistar sua "nova independência".

Sei que é difícil dirigir os recursos do país à pesquisa, uma vez que as outras áreas sociais também estão carentes de assistência, como a saúde, por exemplo. Sei também que mudanças em um setor da economia afeta vários outros.

Alguns políticos já falam até na teoria do caos. Mas o fato é que, alguma coisa tem que ser feita. Acredito que através de uma pequena desvalorização gradativa do real, com a redução das importações, uma reforma fiscal séria reduzindo os custos do empregado para o empregador e investindo em pesquisas e educação, tenho certeza que estaremos dando um passo certo para nossa autonomia tecnológica e conseqüente desenvolvimento a nível mundial. ●

STEBANO ALMEIDA LOPES é aluno do Curso de Economia/UFPI

As NTC e o ensino superior de jornalismo

ELLAS SILVA E SALLES*

Os currículos dos cursos de jornalismo na maioria das universidades brasileiras são semelhantes: todos privilegiam a teoria nos dois primeiros anos e a prática nos dois últimos. Embora o enfoque dado em cada um deles seja diferente, todos têm buscado conciliar a necessidade de conhecimentos específicos com uma formação ética.

A crescente segmentação do mercado e os novos rumos que a atividade jornalística está tomando obrigam os cursos e o seu corpo docente a uma revisão constante dos paradigmas teóricos e da grade curricular para se manterem em sintonia com os avanços da técnica e do pensamento filosófico que norteiam a sociedade contemporânea.

A partir do momento em que as NTC (Novas Tecnologias da Comunicação) entram no ambiente jornalístico o universo profissional se desmaterializa e esta evolução tecnológica abre espaço para a discussão da modernidade dentro do processo de desterritorialização da cultura.

Para que se encontre e se reconheça, em um universo de modernidade, é preciso que o indivíduo busque novas referências culturais, pois a dimensão global supera o aspecto local.

As novas práticas do ensino de jornalismo precisam levar em conta a presença das NTC no mundo atual. A introdução dessas tecnologias têm alterado os pressupostos da técnica do fazer jornalístico, com a obrigatoriedade do domínio da informática e dos programas de editoração eletrônica.

Estas transformações ocorridas na área profissional devem se refletir também numa nova concepção teórica, metodológica e epistemológica, que conseqüentemente se impõe no ensino teórico e prático de jornalismo através do aparecimento de novos objetos de estudo.

Com isso, os professores dos cursos de jornalismo têm que estar constantemente antenados nestas inovações técnicas e epistemológicas, senão correm o risco de ficarem defasados. ●

ELLAS SILVA E SALLES é aluno do Curso de Comunicação Social (Jornalismo)/UFPI e editor gráfico desta publicação.

NOTÍCIAS

Será realizado em Aracaju-SE, no período de 28 a 30 de outubro, o XIII Congresso da ANGE (Associação Nacional dos Cursos de Graduação em Economia). Ensino de Economia no Brasil - Realidade e Desafios é o tema geral e a programação do congresso está estruturada em Painéis, Sessões Temáticas (Mesas Redondas), Mesas de Comunicações de Ensino de Economia e Encontro de PET's Economia, além da Assembléia Geral da entidade.

O Congresso da ANGE consolidou-se como o maior fórum de debates do ensino de graduação em Economia do país e neste ano de 1998 adquire particular importância, especialmente, diante do processo desencadeado pela Secretaria de Ensino Superior do MEC em relação à elaboração e definição de Diretrizes Curriculares para os cursos de Graduação existentes no país.



Um flagrante da participação dos estudantes de economia no debate realizado no dia 11/08/98, sobre Desemprego X Mercado de Trabalho, promovido pelo Centro Acadêmico de Economia. O evento aconteceu no auditório Prof. Noé Mendes / CCHL. O debate contou com a presença dos professores Willian Bandeira, que apresentou uma análise do desemprego a nível nacional e internacional; Luis Carlos (Puskas) fez uma análise da política econômica do governo FHC como gerador de desemprego no Brasil; Ednardo Brito mostrou as perspectivas do mercado de trabalho em Teresina e Edson Arruda. As possibilidades do mercado de trabalho para os economistas.

Os professores Ricardo A. Ribeiro, Chefe do DECON/UFPI, R.N. Santana, DECON/UFPI, Maria do Carmo Bédard, Diretora do Centro de Ciências Humanas e Letras/ UFPI, dentre outros, estão colaborando com estudantes de vários cursos na criação e desenvolvimento do Clube da Invenção.

O objetivo do grupo é estudar e debater as contribuições mais recentes e notáveis no campo do conhecimento, especialmente sobre a natureza das transformações sociais, políticas e econômicas que observamos no mundo de hoje, extraídas de revistas especializadas, livros e jornais. O grupo pretende trazer a Teresina professores e cientistas brasileiros ou estrangeiros, que tenham se notabilizado por suas contribuições ao conhecimento e deverá inclusive, utilizar meios eletrônicos com a promoção de teleconferências.

Os idealizadores do Clube da Invenção anunciam que as "janelas" do Clube estão permanentemente abertas aos alunos e professores da comunidade acadêmica. Esperam pelos anjos!! Todas as palestras serão apresentadas na Sala de Vídeo da Biblioteca Carlos Castello Branco / UFPI, com início previsto para as 18:30h, sempre às segundas-feira.

INFORMES

● *A inflação do teresinense, medida pelo Índice de Preços ao Consumidor (Custo de Vida)- Teresina, registrou uma ligeira deflação no mês de agosto apresentando uma variação negativa de 0,21%. O percentual acumulado no ano é de 3,54% e nos últimos 12 meses, 9,15%. A pesquisa, realizada pela Fundação CEPRO, constatou que o Grupo Alimentação apresentou uma redução de preços na ordem de 1,36% em média, provocando a variação negativa. Ao contrário do Grupo Alimentação, os demais grupos apresentaram uma ligeira alta nos preços: Habitação (+0,53%); Artigos de Residência (+1,16%); Vestuário (+1,03%); Transportes e Comunicações (+0,31%); Saúde e Cuidados Pessoais (-0,75%) e Serviços Pessoais (+0,68%).*

● *O custo da Cesta Básica, também calculado e divulgado sistematicamente pela Fundação CEPRO, para o mês de agosto do corrente ano, foi de R\$ 83,26, registrando uma queda em relação ao mês anterior de 1,02%*

● *A programação do Clube da Invenção para o mês de setembro é a seguinte:*

-14 de Setembro: Palestra do prof. Ricardo Alaggio Ribeiro
Tema: Análise Situacional

-21 de Setembro: Palestra do prof. Ricardo Alaggio Ribeiro
Tema: Evolução Histórica, Casualidade e Emergência

-28 de Setembro: Palestra do prof. Ricardo Alaggio Ribeiro
Tema: Teoria das Propensões

INDICADORES ECONÔMICOS

PERÍODO	IGP-DI FGV	IGP-M FGV	INPC IBGE	IPC PIPE	IPCA IBGE	ICV DIEESE	TR %	TAXA DE CÂMBIO COMERCIAL PARALELO	POUPANÇA (1)	
JAN/97	1,58	1,77	0,81	1,23	1,18	2,12	0,7440	1,0461	1,080	1,24
FEV	0,42	0,43	0,45	0,01	0,50	0,46	0,6616	1,0515	1,100	1,42
MAR	1,16	1,15	0,68	0,21	0,51	0,50	0,6316	1,0593	1,130	1,12
ABR	0,59	0,68	0,60	0,64	0,88	1,08	0,6211	1,0638	1,140	1,04
MAI	0,30	0,21	0,11	0,55	0,41	-0,01	0,6354	1,0717	1,130	1,22
JUN	0,70	0,74	0,35	1,42	0,54	0,99	0,6535	1,0769	1,135	1,18
JUL	0,09	0,09	0,18	0,11	0,22	0,55	0,6580	1,0834	1,150	1,00
AGO	-0,04	0,09	-0,03	-0,76	-0,02	-0,28	0,6270	1,0916	1,135	1,27
SET	0,59	0,48	0,10	0,01	0,06	0,11	0,6474	1,0964	1,135	1,11
OUT	0,34	0,37	0,29	0,22	0,23	0,06	0,6553	1,1031	1,165	1,01
NOV	0,83	0,64	0,15	0,53	0,17	0,21	1,5334	1,1098	1,170	1,36
DEZ	0,69	0,84	0,57	0,57	0,43	0,18	1,3085	1,1164	1,215	1,93
NO ANO	7,48	7,74	4,34	4,82	5,22	6,11	9,7850			14,90
JAN/98	0,88	0,96	0,85	0,24	0,71	0,70	1,1459	1,1237	1,190	1,61
FEV	0,02	0,18	0,54	-0,16	0,46	0,28	0,4461	1,1304	1,185	1,55
MAR	0,23	0,19	0,49	-0,23	0,34	0,20	0,8995	1,1374	1,175	0,91
ABR	-0,13	0,13	0,45	0,62	0,24	0,19	0,4720	1,1443	1,193	0,72
MAI	0,23	0,14	0,72	0,52	0,24	0,41	0,4543	1,1504	1,207	1,04
JUN	0,28	0,38	0,15	0,19	0,02	0,05	0,4913	1,1569	1,220	0,96
JUL	-0,38	-0,17	-0,28	-0,77	-0,12	-0,37	0,5503	1,1633	1,220	0,89
AGO		-0,16		-1,00			0,3749			0,98

FONTES: CONSELHO REGIONAL DE ECONOMIA DE SÃO PAULO-CORECON, CAIXA ECONÔMICA FEDERAL DO PIAUÍ (POUPANÇA)

(1) Crédito do dia 28 de cada mês

PESOS E VARIÇÃO MENSAL, ANUAL, EM 12 MESES E NÚMERO-ÍNDICE
AGOSTO/1998

DISCRIMINAÇÃO	PESOS	% MENSAL	% ANUAL	% 12 MESES
1. ALIMENTAÇÃO	41.9354	-4,30	3,71	11,25
1A. ALIM. NO DOMICÍLIO	38.8185	-1,51	3,72	11,44
1.01. Cereais, Leg. e Oleaginosas	8.5288	-1,71	23,04	34,32
1.02. Farinhas, F. e Fibrosas	2.3905	-1,83	0,81	-21,33
1.03. Tub. e Hortaliças	1.8331	-1,39	-12,22	44,80
1.04. Açúcar de Derivados	2.1885	-4,75	3,70	10,11
1.05. Frutas	1.8556	0,04	4,74	17,04
1.06. Carnes e Vísceras	6.5118	-3,08	-2,37	2,28
1.07. Peixado	0.6199	2,35	-1,88	12,11
1.08. Aves e Ovos	3.4883	-0,30	2,81	4,80
1.09. Leite e Derivados	2.8884	0,42	2,81	9,13
1.10. Panificadores	2.0185	-0,02	-0,57	-0,75
1.11. Óleos e Margarina	2.8910	-2,38	1,29	21,22
1.12. Bebidas não Alcoólicas	2.1885	-2,25	-0,40	4,58
1.13. Enlatados e Conservas	0.5708	0,70	8,87	8,37
1.14. Sal e Condimentos	0.2928	-1,51	3,72	11,44
1.15. Alm. Fora do Domicílio	3.5149	0,30	3,59	8,88
2. HABITAÇÃO	10.2505	0,53	3,85	6,72
2.01. Aluguel, Cond. e IPTU	2.2081	0,00	0,00	0,00
2.02. Reparos	1.5995	3,79	10,81	34,21
2.03. Artigos de Limpeza	2.0171	0,89	8,27	17,03
2.04. Comb. de Uso Doméstico	2.7458	0,00	4,30	8,49
2.05. Serv. Ind. de Util. Pública	4.6880	0,00	0,00	0,00
3. ARTIGOS DE RESIDÊNCIA	5.4506	1,16	3,40	5,43
3.01. TV e Som	1.4888	2,47	0,82	-5,84
3.02. Eletrôn. e Equipamentos	1.4878	-0,02	1,55	6,97
3.03. Mobiliário	1.8853	0,74	5,95	8,91
3.04. Utensílios de Cozinha	0.1488	0,27	6,58	29,34
3.05. Cama, Mesa e Banho	0.4289	1,38	8,45	16,16
4. VESTUÁRIO	8.3553	1,03	4,40	9,22
4.01. Roupas para Homem	2.5507	0,03	0,82	1,90
4.02. Roupas para Mulher	3.0368	0,83	3,52	10,65
4.03. Roupas para Crianças	1.2189	1,32	4,94	10,72
4.04. Jóias	0.7171	1,52	14,08	21,18
4.05. Tec. e Art. De Amodalhe	0.8300	3,72	10,18	13,84
5. TRANSP. E COMUNICAÇÕES	11.8888	0,31	0,33	4,76
5.01. Transportes Coletivos	9.1891	0,00	0,00	0,00
5.02. Aquis.Manut. de Veículos	5.4287	0,87	0,71	3,44
5.03. Correios e Telefonia	1.0880	0,00	0,00	0,00
6. SAÚDE E CUIDADOS PESSOAIS	8.9928	0,75	5,39	10,75
6.01. Produtos Farmacêuticos	3.7559	1,38	5,05	13,18
6.02. Higiene Pessoal	4.0427	0,57	3,83	8,45
6.03. Serviços Médicos	1.1851	-0,89	5,82	10,84
7. SERVIÇOS PESSOAIS	10.3316	0,88	3,88	9,27
7.01. Despesas Pessoais	1.7133	0,00	0,15	2,70
7.02. Recreação e Lazer	1.2175	3,55	2,94	10,85
7.03. Educação	1.5807	0,88	7,72	18,35
7.04. Leitura e Diversão	1.4024	0,00	0,85	3,89
7.05. Bebidas Alcoólicas de Fumo	4.4377	0,88	3,85	8,27
ÍNDICE GERAL	100.0000	-0,21	3,54	9,15

Fonte: Fundação CEPRO/Departamento de Estatística e Informática

PERÍODO	IPC CEPRO %	CUSTO CESTA BÁSICA-CEPRO R\$
JAN/98	1,82	72,08
FEV	0,88	78,10
MAR	0,74	85,84
ABR	0,78	85,82
MAI	0,94	89,95
JUN	1,07	93,24
JUL	0,14	84,93
AGO	-0,21	83,26

FONTE: FUNDAÇÃO CENTRO DE PESQUISAS
ECONÔMICAS E SOCIAIS DO PIAUÍ - CEPRO

EXPEDIENTE:

INFORME ECONÔMICO
ANO 2 - Nº 04 - SETEMBRO DE 1998
PUBLICAÇÃO TRIMESTRAL
EDITADO PELO DEPTº DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS
DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ
COORDENAÇÃO: ECONOMISTA ENOISA VERAS
DEPTº DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS-UFPI
PROJETO GRÁFICO: PROFA. ELMIRA SIMEÃO
DEPTº DE COMUNICAÇÃO SOCIAL - UFPI
EDITORIAÇÃO GRÁFICA: ELIAS SALES
TIRAGEM: 1000 EXEMPLARES
IMPRESSÃO: GRÁFICA - UFPI
DISTRIBUIÇÃO GRATUITA
ENDEREÇO PARA CORRESPONDÊNCIA:
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E LETRAS
CAMPUS ININGA - TERESINA - PIAUÍ
CEP: 64.049-550 FONE: (086) 237-1212/237-1691
RAMAL 341 - FAX: (086) 237-2812